



UMA EMPRESA A SERVIÇO DO SEU MUNICÍPIO

Projeto da Lei Orçamentária Anual 2022

Prefeitura Municipal de
ILHA DAS FLORES





**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 81/2021

DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a estimativa das receitas e a fixação das despesas para o orçamento geral do Município de Ilha das Flores, Estado de Sergipe, relativas ao exercício financeiro de 2022, e dá outras providências.

O Poder Legislativo do Município de Ilha das Flores, Estado de Sergipe, aprovou, eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa as Despesas para a Lei Orçamentária Anual do Município de Ilha das Flores para o Exercício Financeiro de 2022, nos termos do art. 165, §5º da Carta Magna, Lei Federal nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Orgânica Municipal, Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Projeto de lei Plano Plurianual de Ações – 2022/2025 e Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício a que se refere.

I – Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta,

II – Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados. (compreende a proteção dos direitos relativos à Saúde, Previdência Social e Assistência Social – art. 194 da Constituição Federal)

**CAPÍTULO II
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**SEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA**



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 2º - A Receita Total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social, já com as devidas deduções legais, é de R\$ 33.000.000,00 (Trinta e três milhões de reais), assim divididos:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 22.795.540,00 (Vinte e dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e quarenta reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 10.204.460,00 (Dez milhões, duzentos e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais).

Parágrafo único. A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo ente municipal, para alocação e cobertura das despesas públicas, cujos ingressos orçamentários constituem Receita Pública, podendo ser classificadas em Receitas Correntes e de Capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no anexo II – Resumo Geral da Receita, conforme segue:

RECEITAS CORRENTES		VALOR R\$
1100	RECEITA TRIBUTÁRIA	834.930,00
1200	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.025.900,00
1300	RECEITA PATRIMONIAL	307.900,00
1400	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00
1500	RECEITA INDUSTRIAL	0,00
1600	RECEITA DE SERVIÇOS	3.000,00
1700	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.491.150,00
1900	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	865.500,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		35.528.380,00

RECEITAS DE CAPITAL		VALOR R\$
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		2.000,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL		119.500,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		121.500,00
TOTAL GERAL DA RECEITA		35.649.880,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA – RENÚNCIA		0,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA – DESCONTOS CONCEDIDOS		0,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		2.649.880,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES		2.649.880,00



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES
GABINETE DO PREFEITO

TOTAL GERAL DA RECEITA (LÍQUIDA)	33.000.000,00
----------------------------------	---------------

SECÃO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º - As despesas serão realizadas segundo a discriminação constante dos quadros demonstrativos de **órgãos, funções e subfunções, categorias econômicas e grupos de natureza da despesa**, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃO

DESCRIÇÃO	VALOR RS
PODER LEGISLATIVO	1.260.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	21.535.540,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.267.060,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.837.500,00
IPREV – FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA	2.099.900,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	33.000.000,00

POR FUNÇÃO

DESCRIÇÃO	VALOR RS
01 – LEGISLATIVA	1.260.000,00
02 – JUDICIÁRIA	476.600,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	4.283.942,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.837.500,00
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.099.900,00
10 – SAÚDE	5.267.060,00
12 – EDUCAÇÃO	11.855.770,00
13 – CULTURA	183.428,00
15 – URBANISMO	3.948.100,00
17 – SANEAMENTO	2.500,00
20 - AGRICULTURA	421.900,00
22 - INDÚSTRIA	3.500,00
23 – COMERCIO E SERVIÇOS	135.200,00
27 – DESPORTO E LAZER	136.600,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	60.000,00



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES
GABINETE DO PREFEITO

99 - RESERVA	28.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	33.000.000,00

PELA NATUREZA DA DESPESA

DESPESAS CORRENTES	VALOR RS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.781.995,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.763.477,00
DESPESAS DE CAPITAL	VALOR RS
INVESTIMENTOS	2.363.428,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	62.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	VALOR RS
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	28.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	33.000.000,00

SEÇÃO III
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 4º – Ficam autorizados os Poderes do Município (Executivo e Legislativo), seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive Fundações, a abrirem créditos adicionais suplementares até o limite de 80% da despesa orçada, conforme art. 7º, inciso I, da lei Federal nº 4.320/64.

§ 1º - Acompanharão os Projetos de Lei, relativos a créditos adicionais, exposições de motivos que os justifiquem.

§ 2º - Os créditos adicionais aprovados pela Câmara de Vereadores serão considerados abertos com a sanção, publicação da respectiva Lei.

§ 3º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação vigente.

§ 4º - A reabertura dos Créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição Federal, quando necessária, será efetivada mediante Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES
GABINETE DO PREFEITO

transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§1º A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir desvios de planejamento.

§2º Para efeitos desta lei entende-se como:

I - transposição - o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação, até o nível de elemento, totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II - remanejamento - deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;

III - transferência - deslocamento permitido de dotações atribuídas a créditos orçamentários de um mesmo programa de governo.

SEÇÃO IV
DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, atendidas as disposições contidas nos arts. 32 e 38 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Parágrafo único: O município enviará um pedido para verificação de limites e condições para análise da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e uma vez tendo parecer favorável encaminhará projeto de Lei à Câmara de Vereadores.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, deverá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva ~~realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme~~
Rua Gracho Cardoso, n.º 92 - Centro - Ilha das Flores/SE - CEP: 49.990-000



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES
GABINETE DO PREFEITO**

estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022.

Art. 8º – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer uso do que dispõe o art. 66 e parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º – As metas fiscais definidas na Lei de diretrizes orçamentárias para 2022, em obediência à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), ficam reajustadas na conformidade dos quadros correspondentes que integram os demonstrativos consolidados desta Lei.

Art. 10º – Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Criar fontes de recursos objetivando atender à identificação de Receitas, com aplicação específica, não incluída no orçamento;

II – Estabelecer normas para realização de despesas, na qual deve fixar as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da Receita, a fim de que se obtenha o equilíbrio financeiro preconizado pela legislação em vigor;

III – Criar elementos de despesa, com a respectiva fonte, que podem ser suplementados nos termos do art. XX desta Lei;

IV – Incluir, por Decreto, novas ações ou novos elementos de despesas em ações já consignadas no orçamento, desde que sejam decorrentes de recursos de convênios ou ainda, para adequar o orçamento aos programas cujos os recursos sejam provenientes do Governo Federal e/ou Estadual, bem como suas contrapartidas.

Art. 11º – Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os anexos constantes do Plano Plurianual de investimentos do quadriênio 2022-2025 e da lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, garantindo a compatibilidade com a presente Lei Orçamentária conforme art. 166 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 12º – O Poder Executivo, por ato do Ordenador de Despesa, poderá durante o exercício de 2022 ajustar as fontes de recursos, sem alterar a programação constante da Lei Orçamentária Anual para manter o equilíbrio na execução dessa Lei, conforme estabelecido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 2019 – 8º edição (pág.136 a 141) e Orientação Técnica nº 03/2017 do TCE, Portaria nº 710, de 25/02/2021 e Portaria nº 925, de 08/07/2021 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 13º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE ILHA DAS FLORES
GABINETE DO PREFEITO**

efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Art. 14º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de Ilha das Flores, em 02 de dezembro de 2021.

Robson Martins de Lima
Prefeito Municipal de Ilha das Flores/SE